

Bruno Reis encaminha à Câmara pacote de medidas com novo PPI

REDAÇÃO

A Prefeitura de Salvador encaminhou à Câmara de Vereadores, ontem, um projeto de lei que dispõe sobre o programa incentivado de parcelamento de dívidas com a gestão municipal, além de uma série de ações de incentivos fiscais para promover o desenvolvimento do Centro Histórico, a cultura e o desenvolvimento econômico da cidade.

Entre os destaques do texto estão os programas de incentivo à Empreendimentos e Moradias (Renova Centro), às Feiras e Congressos no Centro, ao Desenvolvimento de Novos

Polos Logísticos e à Atividade Econômica de Incorporação Imobiliária, além do Programa de Pagamento Incentivado de Débitos (PPI 2023).

Realizado pela última vez em 2020, o PPI possibilitará que contribuintes e empresas realizem o pagamento de débitos em condições especiais. Serão enquadradas as dívidas relativas aos impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU) e das taxas de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD), de Fiscalização do Funcionamento (TFF) e de Vigilância Sanitária adquiridas até 30 de outubro deste

ano.

Caso seja aprovado, o programa oferecerá descontos de até 100% do valor total das multas e dos juros de mora para pagamentos à vista e a possibilidade de parcelamento do débito em até 60 meses. De acordo com o prefeito Bruno Reis, durante participação na celebração do aniversário de 40 anos da Moura Dubeux, o prazo para a regularização será de 30 de novembro a 30 de dezembro.

Ele ressaltou que este pacote de medidas visa melhorar ainda mais o ambiente de negócios, para trazer mais segurança jurídica para os investidores e conceder um conjunto de estímulos e incenti-



O PREFEITO Bruno Reis encaminhou à Câmara de Vereadores um projeto de lei que dispõe sobre o programa incentivado de parcelamento de dívidas com a gestão

vos fiscais para o setor imobiliário. "Hoje, os números impressionam. Nesses últimos três anos, foram quase 30 mil unidades licenciadas. Temos hoje mais de R\$11 bilhões de investimentos privados na cidade em diversos empreendimentos residenciais e comerciais. Isso se soma a R\$5

bilhões de investimentos públicos que estão transformando a nossa cidade, desenvolvendo novas áreas que servem de estímulo para os investimentos", salientou.

A secretária da Fazenda, Giovanna Vitor, destacou que a medida permite que uma fatia significativa da sociedade regularize a

situação junto ao fisco. "O PPI faz parte de um conjunto de ações de conformidade fiscal promovido pela administração municipal. Ele foi elaborado após identificarmos que há um grupo considerável de famílias e empresas com condições e interesse em quitar seus débitos junto ao fisco", disse.

AMPLO APOIO

PEC da Reelection é protocolada na Assembleia



A PEC da reeleição na ALBA obteve 47 assinaturas, superando o mínimo necessário para protocolo junto à secretaria da Mesa Diretora por 26 assinaturas

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O deputado estadual Nelson Leal (PP) apresentou, ontem, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca permitir a reeleição do presidente da Assembleia Legislativa durante a mesma legislatura.

A proposta obteve 47 assinaturas, superando o mínimo necessário para protocolo junto à secretaria da Mesa Diretora por 26 assinaturas.

No entanto, o número de apoiadores foi menor do que o inicialmente divulgado pelos articuladores da iniciativa, que previam mais de 50. A PEC visa alterar dois artigos da Constituição baiana para viabilizar a reeleição para o mesmo cargo na Mesa Diretora no pleito imediatamente subsequente, em vez de es-

perar por uma nova legislatura.

A PEC precisa de, pelo menos, 38 votos para ser aprovada, o que beneficiaria diretamente o atual presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Adolfo Menezes (PSD), permitindo-lhe concorrer ao terceiro mandato consecutivo. A próxima eleição para a Mesa Diretora está agendada apenas para fevereiro de 2025.

Os parlamentares que apoiam a PEC argumentam que em 24 assembleias legislativas do país, já é adotado o mecanismo de reeleição durante a mesma legislatura. "Esta proposta destina-se a adaptar o texto da Carta Estadual a outras Casas Legislativas em relação às eleições das respectivas Mesas Diretoras", justificou Nelson Leal no texto.

A proposição só deve ser apreciada pelos deputados em 2024, em função da proximidade do recesso e da falta de interesse do líder do governo, Rosemberg Pinto (PT), em acelerar a tramitação, visto que ele deseja ser candidato à presidência da Casa. Vale destacar que, apesar disso, dois deputados do PT assinaram a PEC: Júnior Muniz e Euclides Fernandes. Rosemberg também perdeu o apoio contra a proposta da deputada Olívia Santana (PCdoB), que foi a última signatária.

Também assinaram a PEC os deputados Alex da Piatá (PSD), Ângelo Coronel Filho (PSD), Bobô (PCdoB), Cafú Barreto (PSD), Diego Castro (PL), Fabíola Mansur (PSB), Fabrício Falcão (PCdoB), Felipe Duarte (PP), Hassan (PP),

Jordávio Ramos (PSDB), Matheus Ferreira (MDB), Raimundinho da JR (PL), Tiago Correia (PSDB), entre outros.

Além de Adolfo Menezes, Rosemberg Pinto e a deputada estadual Ivana Bastos, do PSD, que também tem externado publicamente a sua vontade de comandar a Casa, não assinaram: Fátima Nunes (PT), Hilton Coelho (PSOL), Júnior Nascimento (União Brasil), Marcinho Oliveira (União Brasil), Maria del Carmen (PT), Neusa Cadore (PT), Pancadinha (Solidariedade), Paulo Rangel (PT), Emerson Penalva (PDT), Robinho (União Brasil), Robinson Almeida (PT), Manoel Rocha (União Brasil) e Zé Raimundo (PT). O assunto tem rendido nos bastidores da política baiana.

Jaques Wagner vota para limitar poderes do STF e se defende

Tanto o PT quanto o MDB orientaram as bancadas a votarem contra a proposta

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O líder do governo no Senado Federal, Jaques Wagner, contrariou a orientação do seu partido, o PT, e votou favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2021, que limita poderes do Supremo Tribunal Federal (STF). O texto foi aprovado em dois turnos pela Casa, com 58 votos favoráveis e 12 contrários, seguindo, então, para análise da Câmara dos Deputados.

Tanto o PT quanto o MDB orientaram as bancadas a votarem contra a proposta. O PSB e o PSD liberaram os parlamentares, enquanto PL,

Podemos, União Brasil, PP, Republicanos, Novo, PDT e PSDB orientaram favoravelmente.

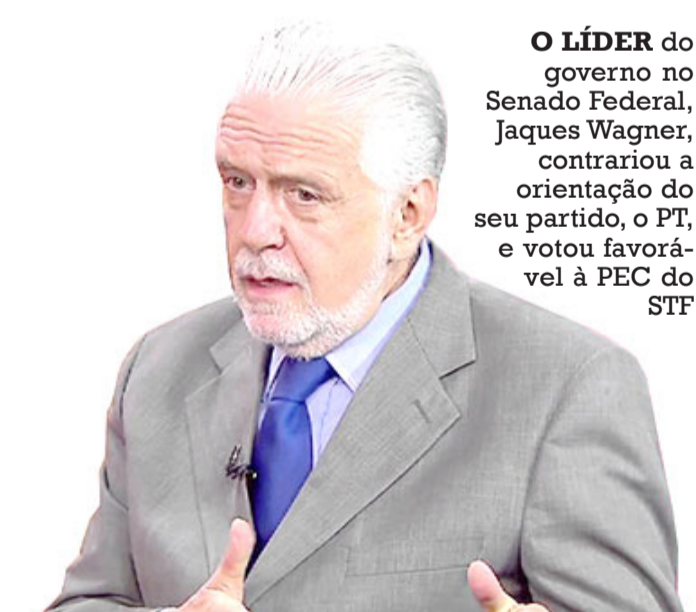
De acordo com informações da colunista Eliane Cantanhêde, ministros do STF teriam protestado, nos bastidores, contra o voto de Jaques Wagner. Ela teria ouvido deles, sob a condição de anonimato, a análise de que o endosso do ex-governador baiano à proposta é uma "tração rasteira" depois da resistência feita pelo Supremo ao que definiram como "golpe bolsonarista".

A postura do senador teria levado a um ultimato do Supremo: "Ou o Jaques Wagner sai, ou não tem mais papo do STF com o Planalto

e o governo". Wagner foi o único senador petista a ir contra o próprio partido. Na última terça-feira (21), Wagner deu liberdade à bancada do PT para votar de acordo com suas preferências na proposta, resultando no adiamento da votação para ontem (22). Se a PEC fosse votada na terça, a oposição enfrentaria desafios para garantir sua aprovação. Na ocasião, todos os membros da bancada do PT se posicionaram contra o adiamento, exceto o líder do governo, que se absteve. Já os senadores Leila Barros (PDT-DF) e Romário (PL-RJ) votaram contra a matéria.

A PEC engloba solicitações de análise mais aprofundada, declarações de

inconstitucionalidade de atos congressuais e concessões de medidas temporárias. As decisões individuais, mencionadas no texto, referem-se às proferidas por um único ministro da Suprema Corte. "Esclareço que meu voto na PEC que restringe decisões monocráticas do STF foi estritamente pessoal, fruto de acordo que retirei do texto qualquer possibilidade de interpretação de eventual intervenção do Legislativo", escreveu o senador no X, antigo Twitter. Em sua postagem, Wagner alegou não ter orientado votos. "Como líder do Governo, reafirmei a posição de não orientar voto, uma vez que o debate não envolve diretamente o Executivo".



O LÍDER do governo no Senado Federal, Jaques Wagner, contrariou a orientação do seu partido, o PT, e votou favorável à PEC do STF

Milei acena para Bolsonaro e muda o tom sobre Lula: 'Será bem-vindo'

LETICIA MARTINS
IG

Após convidar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para a posse, o presidente eleito da Argentina, Javier Milei, mudou o tom sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e afirmou que o mandatário brasileiro também "será bem-vindo" no dia da cerimônia.

"Se Lula quiser vir à minha posse, será bem-vindo. Ele é o presidente do Brasil", disse Milei, em entrevista ao canal argentino Todo Noticia. O ultraliberal venceu as eleições presidenciais argenti-

nas com 55,69% dos votos, contra 44,30% de Sergio Massa.

Durante a campanha, o ultraliberal argentino chamou o presidente brasileiro de "comunista furioso" e chegou a acusá-lo de tentar intervir nas eleições argentinas para beneficiar o então adversário de centro/esquerda. Milei ainda reconheceu que "houve curtos-circuitos na campanha", mas afirmou que o Brasil "é um grande parceiro de negócios" da Argentina.

Diana Mondino, provável futura chefe do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, disse que pretende convidar Lula para a posse de

Milei, que ocorrerá no dia 10 de dezembro. "Vamos convidar Lula para vir à posse. O Brasil e a Argentina sempre estiveram juntos e sempre trabalharão juntos", afirmou Mondino. Anteriormente, ela havia dito que se Milei vencesse as eleições, a Argentina iria "parar de interagir com o governo do Brasil".

O que diz Lula?
Sobre a posse, o presidente brasileiro ainda não se manifestou, mas quando Milei foi declarado o vencedor das eleições presidenciais no domingo (19), Lula desejou boa sorte ao governo, sem citar o nome do presidente eleito.

CCJ aprova PEC que regula eleições em Tribunais de Justiça estaduais

KARINA FERREIRA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que regula a eleição de cargos de direção em Tribunais estaduais de Justiça na quarta-feira, 22. O texto, agora, será incluído na ordem do dia para discussão em plenário. A regra, caso a proposta seja chancelada pela Casa, valerá para tribunais com mais de 170 desembargadores.

A PEC prevê que as eleições ocorrerão entre os

membros do tribunal pleno - composto por todos os desembargadores da região -, por meio do voto direto e secreto. Fica estabelecido que o mandato dos eleitos é de dois anos, sendo permitida apenas uma reeleição. Hoje, a Constituição garante a cada tribunal autonomia administrativa e financeira para decidir sobre as normas da eleição para sua direção.

A PEC 26/2022, que altera o artigo 96 da Constituição Federal, foi aprovada pelo plenário da Câmara em novembro de 2022. Na justificativa do texto, o deputado federal Christino Aureo (PP-RJ) e outros 170 parlamentares afir-

mam que o Congresso deve dispor "sobre a escolha dos órgãos diretivos dos Tribunais de Justiça, buscando incrementar a racionalidade na gestão das Justças estaduais".

Na CCJ, a proposta teve relatoria do senador Weverton Rocha (PDT-MA). Ainda não há data para apreciação no plenário do Senado. "Trata-se do ramo do Judiciário com competência mais abrangente, além de ser o mais pulverizado no território nacional, com unidades judiciárias localizadas em municípios menores", afirma Weverton no relatório apresentado ontem.